



Entrevista exclusiva concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para a Associação dos Diários do Interior do Brasil - ADI Palácio do Planalto, 11 de fevereiro de 2009 (publicada em 15 de fevereiro de 2009)

Jornalista: Presidente Lula, vou tomar a liberdade de iniciar a nossa fala. Nós estamos aqui por conta da Associação dos Diários do Interior do Brasil, o Ricardo representando os estados de Minas, Bahia e Rio de Janeiro, eu representando o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Vivemos num trabalho regional muito forte, o Ministro tem acompanhado. No ano passado, inclusive, tivemos a satisfação de ter a Lurian trabalhando conosco na agência, durante um ano. Foi muito interessante a experiência do próprio trabalho e o entendimento dela, contribuindo, por conta de São Paulo, nos regionais do Sul.

O senhor ontem falou para 10 mil prefeitos, hoje o senhor fala para 15 milhões de habitantes de São Paulo, hoje o senhor fala para 29 milhões de habitantes nesses outros estados. Estamos falando em 1.150 municípios no Brasil, uma tiragem de 422 mil exemplares aos domingos, na PJ, e por conta de 600 mil exemplares. Então, é para demonstrar em números, rapidamente, com quem nos comunicamos.

Presidente: O mundo em que eu estou entrando.

Jornalista: É. Então, na verdade, esse mundo já o lê, já o escuta, e está muito atento. Para iniciar o trabalho, ontem o senhor falou aos prefeitos, por conta da eleição, em torno de 40%, da reeleição de prefeitos. Nós temos, aqui, uma série de números fortes, representativos.

A dúvida dos regionais, também é uma dúvida pessoal, fica por conta da



sua percepção dessa auto-estima no interior. Nós escrevemos para pólos regionais, a partir do início do seu governo. A sua percepção, porque os números são números, ali, a gente tem uma certa frieza em lidar com eles, apesar da importância. A minha dúvida é essa: sua percepção da auto-estima do interior, em ser não só um pólo regional, mas o desenvolvimento, a eleição. E nós, nos Diários, transformamos notícia em história, se formos remontar esses oito anos. Se o senhor pudesse nos dar um panorama rapidamente.

Presidente: Deixe-me, primeiro, dizer uma coisa para vocês. Eu penso que vai ficando claro, cada vez mais, para a opinião pública brasileira... Eu moro numa cidade importante para o Brasil e há muito tempo, diferentemente das pessoas que moram na capital, ou de algum tipo de político, eu aprendi a valorizar muito a imprensa regional, por conta da minha região. A minha região é a 23 km da capital de São Paulo. O ABC, certamente, é a região mais rica do País, uma das mais ricas do País, com grande poder aquisitivo, onde os trabalhadores estão melhor organizados no Brasil.

E a verdade nua e crua é que os grandes jornais nunca conseguiram entrar no ABC. Essa é a verdade. Todos tentaram montar sucursal lá, todos tentaram. A verdade é que o povo lê o jornal regional.

Jornalista: Garanhuns, mesmo, está com quatro jornais lá.

Presidente: Então, eu acho isso extraordinário. Eu vejo, as rádios a mesma coisa, ou seja, o cidadão quer ouvir a rádio da sua cidade, o locutor da sua cidade, as notícias da sua cidade. É uma coisa impressionante isso, ou seja, uma força que muita gente que não viaja o Brasil não compreende. As pessoas acham que uma matéria que saiu num grande jornal da capital é o que vale. Na verdade, o que vale é a notícia feita na cidade, por menor que ela seja. Ali é que o povo lê, ali é que o povo discute, ali é que o povo tem as suas



informações. Então, há muito tempo eu aprendi a valorizar a imprensa regional, porque é ela que determina a lógica da informação regionalmente.

A segunda coisa, com relação à sua pergunta: já há muito tempo, as cidades médias do interior brasileiro vêm dando um exemplo de crescimento sustentável maior do que nas grandes cidades. Eu penso que por conta de segurança, por conta de transportem, eu acho que os empresários preferem fazer os investimentos em cidades mais tranqüilas. Normalmente, as cidades médias têm uma boa escola, têm boa formação profissional, e as pessoas vão trabalhar com mais tranqüilidade do que numa capital em que, às vezes, tem que andar duas horas e meia de ônibus, quando tem o ônibus para chegar para trabalhar.

Isso tem dado ao interior do País um crescimento, às vezes, maior do que o crescimento que a gente nota nas principais cidades do Brasil. Isso é bom. Veja, se eu fosse sindicalista de São Bernardo do Campo, eu ficava querendo que todas as fábricas fossem para São Bernardo do Campo. Se eu fosse governador de São Paulo, eu queria que todas as fábricas fossem para São Paulo. Mas, como Presidente da República, para mim o que importa é que o crescimento esteja distribuído em todos os estados da Federação. Para mim, se uma fábrica está em São Paulo, está no Acre, se ela está no Rio Grande do Sul ou se ela está em Rondônia, para mim o que importa é que ela esteja no Brasil, gerando emprego para os brasileiros, distribuindo renda para os brasileiros.

Eu acho que, regionalmente, as pessoas têm mais tranqüilidade. Por isso é que eu estou convencido de que a tendência, nas próximas décadas, é o esvaziamento do crescimento industrial das grandes capitais, e o crescimento das cidades médias e pequenas do interior do País.

Jornalista: O Ipea, inclusive, prova que há um êxodo ao contrário, as pessoas estão voltando para o interior. Como o senhor avalia isso? Há políticas do



governo próprias para o interior, para que aconteça isso? Por exemplo, São Paulo está deixando de ser o grande (incompreensível) que foi na sua época, para as pessoas voltarem? O que o governo está fazendo para atrair, no interior?

Presidente: Este é um dado extremamente rico, eu poderia pegar o exemplo em uma carta que eu recebi do prefeito de Buíque, lá em Pernambuco, quando nós fomos lá lançar o primeiro programa de compra de alimentos e, na época, ele se queixava de que os trabalhadores de Buíque recebiam a aposentadoria em uma outra cidade. Quando nós criamos as condições para que os aposentados recebessem a aposentadoria na própria cidade e quando nós estabelecemos uma valorização da compra dos alimentos dos produtores locais, ele me mandou uma carta dizendo: “por conta disso, Presidente, surgiram aqui em Buíque mais de 300 pequenos comércios na cidade”.

Na medida em que você dá às pessoas mais pobres o direito de comprar alguma coisa, e vocês podem conversar com dono de shopping no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Porto Alegre, em Santa Catarina, vocês vão perceber o quê? Que onde mais cresce é exatamente no Norte e no Nordeste. Por quê? Porque uma parcela da sociedade brasileira que não tinha poder aquisitivo começa a ter um mínimo de poder aquisitivo. Nós sabemos que muitas vezes as pessoas se queixam porque a gente aumenta o salário mínimo, tem prefeito de cidade pequena que se queixa que não pode pagar, mas a verdade é que quando a gente aumenta o mínimo em R\$ 50, ou seja, se você dá 12% de reajuste, isso significa o quê? Que você está dando às pessoas mais pobres do Brasil o direito de comprar um pão a mais, o direito de comprar um quilo de arroz a mais, o direito de comprar um sapato para a criança, o direito de comprar uma roupa, e é isso que vai mobilizar o comércio e o desenvolvimento das pequenas e médias cidades brasileiras.



Além disso, programas como o Bolsa Família, programas de compra de alimentos... Se você for ao Nordeste brasileiro, você vai perceber que a compra do leite que nós fazemos dá sustentabilidade a centenas, milhares de pequenos agricultores que antes tiravam leite e como não tinham condições de refrigerar, iam vender, não vendiam e jogavam fora. Quem tinha condições fazia queijo, quem não tinha condições jogava fora. Agora não, agora a pessoa sabe que tem alguém que vai comprar o seu produto. Quando nós aumentamos o preço mínimo, quando nós aumentamos o Pronaf, quando nós colocamos 25 milhões do BNDES à disponibilidade para a agricultura familiar para modernizar, para comprar trator, 60 mil tratores, para comprar 300 máquinas agrícolas, 300 mil implementos agrícolas, o que você está fazendo? Você está levando para os grotões do Brasil coisas que até então não existiam, coisas que até então os governantes pensavam apenas em 35 milhões ou 40 milhões de pessoas que pertenciam à classe média. Ao mesmo tempo, se você pegar os dados da Fundação Getúlio Vargas de hoje, você vai perceber que a classe média cresceu mais 2% no Brasil. Ou seja, significa que aos poucos a vida das pessoas está melhorando e as pessoas começam a voltar. Eu tenho visto acontecer uma coisa fantástica na minha região. O que aconteceu na década de 60? Muita gente veio do Nordeste para trabalhar na indústria automobilística paulista, muita gente. O que está acontecendo agora é que as pessoas estão se aposentando e estão voltando. Elas saíram de lá miseráveis e estão voltando cidadãos, com a aposentadoria garantida. Então elas voltam como membros da classe média da sua cidade pequena. Em cada lugar para o qual eu viajo, eu encontro muita gente que tira a carteirinha do sindicato e mostra para mim: “estou na minha terra natal, outra vez”. Obviamente que muitas vezes os filhos não voltam junto, mas as pessoas estão voltando, as pessoas estão procurando tranquilidade, as pessoas estão procurando segurança para os filhos, e isso faz com que o interior seja a grande oportunidade do Brasil neste momento.



Jornalista: Presidente, parte da aflição dos prefeitos, que o senhor ouviu novamente ontem, está pontualmente ligada à questão da apreensão em relação ao FPM, e depois da jornada em relação ao aumento do percentual, de um ponto percentual que ocorreu recentemente, os municípios se preparam agora em relação às suas operações e frentes para discutir uma eventual redivisão do bolo, por exemplo, do IPVA, e também tem uma preocupação específica em relação à regulamentação do artigo 23 da Constituição, que trata das competências dos municípios, algumas que são duplas em relação ao estado. O senhor tem algum panorama em relação a essas (incompreensível)?

Presidente: Eu digo isso com muito orgulho porque eu não conheço, na história do Brasil, um governo que teve a relação com as prefeituras como a que nós temos. E por que eu quero ter uma relação muito ligada, quase umbilicalmente, com os prefeitos? É porque eu sou o presidente hoje, mas amanhã eu sou o cidadão de uma cidade e vou querer que o prefeito cuide bem da minha rua, cuide bem da praça, cuide bem da saúde da cidade. Então, nós precisamos entender de uma vez por todas que as políticas sociais determinadas pelo governo federal ou pelo governo estadual serão muito melhor aplicadas se a gente tiver uma construção de parceria com os prefeitos. Por quê? Porque é o prefeito que está na comunidade, é o prefeito que sai de casa todo dia e atravessa a rua da sua cidade, é o prefeito que conhece a periferia da cidade, é o prefeito que sabe que onde estão as pessoas mais pobres, as pessoas de classe média, as mais necessitadas dos programas sociais. E o exemplo maior é o Bolsa Família, ou seja, se a gente não tivesse construído as parcerias com os prefeitos, certamente nós não teríamos atingido a quantidade de pessoas que atingimos, e certamente nós não saberíamos onde essas pessoas estariam.

Eu me lembro de que uma vez uma primeira-dama disse na imprensa



que o problema das políticas sociais dos governos é que ficava mais fácil jogar o dinheiro de helicóptero para as pessoas pegarem, porque o dinheiro não chegava às pessoas. Quando nós criamos o Bolsa Família a coisa mais sagrada que nós fizemos foi o cadastramento das pessoas. O cadastramento que hoje o cidadão recebe e o presidente da República não sabe se você recebe, se é o Franklin que recebe, por quê? Porque você tem o seu cartão magnético, você vai ao caixa da Caixa Econômica, retira o seu dinheiro e não deve favor a ninguém. É libertar as políticas sociais do favor que as pessoas ficam devendo a quem faz política social. Eu acho que quanto mais forte for a prefeitura, quanto mais recursos tiver a prefeitura, mais coisas boas vão acontecer nas cidades. Eu tenho essa convicção. Acabou aquele conceito de que o dinheiro todo tem que ficar na Federação e os prefeitos têm que pedir, quase mendigando ao governo federal, que dê algumas coisas. Nós já demos muitas coisas aos prefeitos e eu acho que ainda estamos longe de atingir a perfeição de uma boa relação entre os entes federados. Mas qualquer prefeito vai dizer para você que no nosso governo houve uma evolução, não apenas na relação, mas na distribuição da fatia do dinheiro público brasileiro.

Jornalista: A exemplo do ITR, há espaço para o IPVA, por exemplo?

Presidente: Veja, há espaço para tudo. Há espaço para tudo. O que é importante é que... Essa pauta do IPVA deve vir muito forte na Marcha dos Prefeitos, que eu não sei se vai ser em março ou em abril. E de qualquer forma, o que acontece? Eles apresentam para nós a pauta de reivindicação, nós temos um ano para estudar essa pauta, para conversar com quem de direito e aí, no ano seguinte, a gente apresenta a resposta. Eu acho que o IPVA deve vir com muita força agora. Vocês sabem que o IPVA vai ter uma peleja com os governadores, nós vamos ter convencê-los da importância de contribuir. Quando nós passamos o transporte escolar diretamente para a



prefeitura, quando nós reforçamos a merenda escolar, quando nós aumentamos o Fundo de Participação dos Municípios, o ISS, tudo isso é um pouquinho mais de dinheiro, a legalização das empresas com o programa do Super Simples, na verdade, você vai colocando mais dinheiro na cidade.

E o que tem acontecido? As cidades estão melhorando. O prefeito tem o direito de fazer uma obra. Porque, o que acontecia antes? O prefeito tomava posse, terminava o mandato e ele não fazia uma única obra na sua cidade, por quê? Ou ele não tinha dinheiro ou ele estava inadimplente, ele estava devendo alguma coisa no governo federal e não podia nem fazer convênio.

Quando nós, ontem, assinamos a medida provisória negociando os 240 meses, nós sabemos que ainda tem prefeitos que nem assim vão poder pagar. Então não adianta a gente também ficar contabilizando no Tesouro uma dívida impagável. É quase como se fosse um castigo: seu filho não foi bem na prova, e em vez de ensiná-lo, você coloca ele de castigo. Não. Se depois de aprovada a medida provisória tiver prefeito que, ainda assim, não pode pagar, nós vamos ter que ver os municípios mais pobres deste país e vamos ter que fazer uma anistia, zerar as pessoas, para que as pessoas possam sobreviver dignamente. Não tem coisa mais triste do que você ter dinheiro disponível no Ministério e não ter um prefeito em condições de ser habilitado para pegar aquele dinheiro.

Então, nós queremos, definitivamente, que as prefeituras ganhem cada vez mais autonomia, ganhem cada vez mais condições financeiras porque, eu tenho certeza, você pode ter uma ou outra pessoa que vai cometer desvio, mas é muito mais fácil controlar o dinheiro, estando perto do povo.

Jornalista: Presidente, falando em agricultura, que tem a ver com o interior, nós temos problemas pontuais, por exemplo, em Minas Gerais, a apicultura...

Jornalista: O pessoal, lá em Minas está reclamando que o pessoal do café está tendo dificuldade para manter essa agricultura, com muitas dívidas e tal.



Eles, inclusive... a gente levantou isso, pontualmente, eles falam: “Por que o governo não compra a nossa safra de café?”. Mas, enfim, seria muito fácil assim, não é? Vamos servir café, aqui... já tem café bastante... Mas o que poderia se fazer para a situação do café em Minas Gerais, por exemplo? E já indo mais para cima, um pouco para a Bahia, eu gostaria que o senhor comentasse sobre o PAC do Cacau, que está tendo boa repercussão lá, inclusive.

Presidente: Primeiro, se todo brasileiro tomasse a quantidade de café que eu tomo, forte do jeito que eu tomo, nós não teríamos problema com o café.

Jornalista: Voltaríamos a ser o primeiro do mundo.

Presidente: Eu tenho brincado com os meus amigos mineiros que se Minas Gerais fizesse um café um pouquinho mais forte, a gente consumiria mais café no Brasil.

Agora, o café está com problema nesse momento. Já conversei com o ministro Reinhold Stephanes, tinha uma divergência com o Tesouro. Eu propus ao ministro Reinhold Stephanes e ao Guido Mantega que se sentassem e que resolvessem o problema do café, porque fica mais barato resolver agora do que deixar a crise se agravar, e aí fica muito mais caro o dinheiro que o governo tem que pôr.

Obviamente que todo mundo que está tendo problema gostaria que o governo comprasse, ou seja, a indústria automobilística quer que o governo compre todos os carros, os cafeicultores querem que a gente compre café, os que plantam batata querem que a gente compre as batatas. Nós temos uma capacidade de estocar. O governo já ganhou dinheiro com o café. Em 2004, se não me falha a memória, nós tivemos uma crise no café, o governo comprou café...



Jornalista: Conab, não é?

Presidente: ...e alguns meses depois o governo vendeu, ganhando dinheiro com o café. Mas nós não temos uma capacidade de estocar. O que eu posso dizer aos cafeicultores brasileiros é que nós vamos fazer aquilo que estiver ao alcance do governo, com muito boa vontade, para a gente resolver o problema do café...

Jornalista: No caso renegociação de dívida...

Presidente: ...porque eu sei o quanto gera de emprego, sobretudo no interior de Minas Gerais, no sul de Minas Gerais, numa parte da Bahia, numa parte de São Paulo. Ou seja, são pessoas que tem 20 hectares, 10 hectares, 15 hectares e que geram muito emprego. A nós interessa, nesse momento, que as pessoas tenham trabalho e tenham salário.

Na agricultura... Eu acho que a agricultura brasileira está razoavelmente bem. Imaginava-se um momento mais difícil para a agricultura, imaginava-se que a área plantada fosse diminuir. A área plantada foi praticamente a mesma do ano passado. Por conta da seca do Paraná, de uma parte de Santa Catarina, ali na região de Chapecó, no Rio Grande do Sul, a gente vai ter uma queda de 143 para 137 ou 138 milhões de toneladas. Os preços das *commodities* estão razoáveis. Nós vamos ter um problema com o algodão porque o mundo está produzindo algodão em excesso e as pessoas estão consumindo menos roupa, por causa da crise. Então, vai ter um problema estrutural com o algodão. Mas o restante da agricultura está indo bem, sobretudo a soja está indo bem, o milho está recuperando o preço.

O problema é que aqui no Brasil, como o território é muito grande e a infraestrutura ainda não chegou a 100% dos lugares, o preço do milho plantado



no Mato Grosso é muito deficitário, se comparado ao milho plantado no Paraná, plantado no Rio Grande Sul, plantado em outros estados da Federação.

Mas a agricultura, também nós temos que compreender que ela é cíclica. Na agricultura você tem dois anos ótimos, três anos ótimos. Depois você tem um ano ruim, dois anos ruins, porque também as mudanças e intempéries contribuem. Às vezes, os preços das *commodities* caem. Como eu acho que, por mais que tenha crise no mundo, o povo vai continuar comendo, eu acho que o Brasil é um país privilegiado nesse aspecto.

Jornalista: É o celeiro do mundo, ainda?

Presidente: Eu acho que o Brasil, cada vez mais, é o celeiro do mundo.

Quando nós fazemos a análise aqui sobre a questão agrícola brasileira, e nós analisamos o potencial de terra agricultável nos outros países, a gente olha a quantidade de terra que nós temos ainda no Brasil. Nós obviamente temos consciência de que o Brasil é o celeiro do mundo. Quem quiser aumentar a quantidade de comida pode aumentar, que nós aumentaremos a nossa capacidade de produzir.

Quando teve o aumento das *commodities*, que subiram muito os preços de alimentos, mais ou menos em julho do ano passado, imediatamente nós lançamos o Programa Mais Alimentos. Foi aí que nós tomamos a decisão de que nós precisamos aumentar a produção de leite no Brasil, que precisamos aumentar a produção de feijão no Brasil, a produção de arroz, e por isso nós criamos esse Programa, disponibilizando R\$ 25 bilhões para financiar máquinas para os pequenos agricultores. E com felicidade é que eu fui informado ontem, pela Anfavea e pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, que até agora já tem 10 mil tratores encomendados, o que é uma coisa



extremamente importante para a agricultura familiar, até porque ela produz quase 70% do alimento no Brasil.

A questão do cacau: nós fizemos um programa para restabelecer na região cacauzeira da Bahia a capacidade de uma produção combinada, de produzir o cacau e produzir o dendê. Por quê? Porque o dendê dá muito bem na Bahia, e para a produção de biodiesel o dendê é a maior produtividade por hectare, ou seja, um hectare de dendê chega a produzir quase sete mil litros de óleo, quando a soja produz menos de três, menos de dois, a mamona produz menos. E o dendê tem a vantagem de ser uma árvore perene, então ela vai durar 30 anos, produzindo. Esse programa está lançado e eu penso que daqui a alguns anos os jovens como vocês vão colher os frutos dessa disposição nossa em recuperar a região de cacau no Brasil.

Jornalista: Duas questões sintomáticas, para aproveitar a agricultura: uma é que, não sei se o senhor vê alguma razão da preocupação do setor para medidas pontuais em função da apreensão (incompreensível) do mercado, tendo só como referencial que boa parte dos produtores, os de grande volume, eles fizeram investimentos com o custo das *commodities* elevado no ano passado, e provavelmente vão... A maior preocupação agora é que vão desempenhar a sua produção na safra com um valor muito inferior. E um outro dado, essa é uma preocupação nacional: 75% dos fertilizantes são importados. Aí, uma relação direta com o mercado. Se o senhor vê uma preocupação direta com esse ponto específico?

Presidente: Vejo. Primeiro, é importante lembrar que no ano passado o dólar também estava mais baixo. Então, hoje o aumento do dólar é um ganho adicional para os nossos exportadores de *commodities*. Nós temos um problema com fertilizantes, sério. E por isso nós tomamos a decisão, dentro do governo, de que nós vamos construir fábricas de fertilizantes no Brasil. Ou seja,



a indústria petroquímica brasileira e a Petrobras têm a obrigação de resolver esse problema para nós. Nós já conversamos com a Petrobras, já conversamos com o setor e vamos começar a produzir, sobretudo a matéria... o fertilizante hidrogenado, que é a uréia, que precisa de gás. E estamos tentando fazer parcerias com países como o Peru, que tem muito gás, para que a gente possa produzir aqui na América do Sul fertilizantes para atender ao mercado e a gente não ficar importando da Ucrânia, da Rússia e da China.

Então, esse é um problema que nós temos. Normalmente, as *trades* que são as responsáveis pela venda de fertilizantes vendem caro na época da produção e depois não barateiam, ou seja, mesmo o preço caindo elas não baixam o preço. Por isso que a gente não pode ficar dependendo de uma coisa tão importante, como fertilizantes. Nós vamos ter que produzir aqui o potássio, vamos ter que produzir a uréia.

Nós temos algumas minas importantes. Nós tínhamos uma mina na Amazônia que a Petrobras tinha vendido, nós fizemos a Petrobras desfazer a venda, porque não tem sentido vender uma mina de fertilizantes no coração da Amazônia.

Jornalista: (incompreensível) da Petrobras que vendia o barril a US\$ 160 no ano passado, teve um aumento de 8% no diesel mais ou menos no meio do ano, no setor agrícola, e que agora a 40, 50 dólares, eles não tiraram essa margem, Presidente. A Petrobras, na opinião dos agricultores está querendo fazer caixa com a diferença de...

Presidente: Vamos atentar bem, porque as pessoas costumam chorar demais. A Petrobras, quando nós discutimos o plano de investimento da Petrobras, em que imaginou investir US\$ 112 bilhões até 2010, e agora passou a um novo programa de US\$ 174 bilhões até 2013, o preço do petróleo do primeiro programa da Petrobras de US\$ 112 bilhões era calculado em US\$ 35 o barril.



Portanto, obviamente que para a Petrobras ou para uma empresa de petróleo qualquer, se o petróleo chegasse a 200, seria ótimo.

A verdade é que, nos cálculos deles, se o preço estiver a US\$ 40, eles estão ganhando dinheiro. Eu acho que o petróleo não volta mais a US\$ 150, mas também pode não ficar em 40, pode voltar a subir, a 50, 60, o que é um preço extremamente razoável. E nós...

O Brasil tem em mente que a partir do mês de abril nós vamos começar a explorar o poço de Tupi, durante uns 10 meses, 1 ano, nós vamos explorar em fase experimental para ir adequando novas tecnologias. Eu espero que o Brasil entre no mercado dos países exportadores não de petróleo, eu quero que o Brasil exporte derivados. Daí porque nós tomamos a decisão de fazer três novas refinarias: uma no Rio Grande do Norte, uma no Ceará e uma no Maranhão, fora a de Pernambuco que está sendo feita em parceria com a Venezuela. O Brasil há 20 anos não fazia uma refinaria neste país. Nós vamos fazer para quê? Para a gente exportar óleo diesel de qualidade e exportar gasolina de qualidade.

Jornalista: Não é justa essa chiadeira do diesel em função de estar bem mais barato o preço do petróleo? Também em função do panorama da crise é o setor agrícola que está gritando em relação a essa choradeira da diferença dos US\$ 160 do ano passado para os...

Presidente: Mas as pessoas têm que lembrar que nós aumentamos muito menos o combustível. Eu vou dar um exemplo para vocês: o gás de cozinha, a Petrobras não aumentou desde que eu tomei posse. Ele aumenta na distribuidora, mas o preço que a Petrobras vende não aumentou desde que eu tomei posse.

Você vai analisar que os combustíveis subiram muito menos do que qualquer coisa. Obviamente que se o preço continua estável, fica parado nos



40, e a gente constatar que é possível mexer, não tenha dúvida de que nós mexeremos. O que é importante é que gente primeiro tenha noção do que vai acontecer com o preço do petróleo. Não é o Brasil que determina o preço. O mundo desenvolvido, na verdade, é que determina o preço. Ele chegou a 150 no ano passado porque o mercado futuro determinou um preço. Por isso, parte dessa quebraadeira se deve à especulação do mercado futuro, e eu acho que no Brasil...

Eu aprendi uma coisa. Eu, quando era mais novo, eu tinha muito aquele negócio de achar que era tudo ou nada. Você vai ficando velho, o cabelo vai ficando branco, e você percebe que entre o tudo ou nada tem uma quantidade enorme de degraus para você pisar até encontrar um ponto de equilíbrio. E hoje eu sou muito mais um equilibrista do que um defensor da tese do tudo ou nada. Eu sempre tento procurar o ponto de equilíbrio. Eu, nas minhas decisões econômicas, não ouço apenas uma pessoa, ouço muitas pessoas. Nas minhas decisões políticas, eu não ouço apenas uma pessoa porque, senão, vem uma pessoa para te fazer a cabeça, conta apenas o que ele está pensando e você não ouve o outro lado, a tendência é você tomar uma decisão precipitada. Então, eu sempre prefiro ouvir duas, três pessoas sobre o mesmo assunto para poder formar o meu juízo.

Jornalista: Só para aproveitar a situação da Petrobras, com o dólar nesse patamar, se ele se estabilizar nesse patamar... o senhor mesmo reconhece que é uma questão de mercado, que não deve voltar aos valores do ano passado. A situação de investimento, pensando para o horizonte, em relação ao pré-sal, tende a ser mais ponderada?

Presidente: Não. Nós não tiraremos um centavo. E todo o preço da Petrobras é calculado em dólar. Então, anote aí: o investimento da Petrobras é de US\$ 174 bilhões até 2013. Qual foi a briga que eu tive com a Petrobras? Ela queria



mudar a programação dela para 2017. Eu disse para eles: primeiro, eu não sei se vou estar vivo em 2017; segundo, em 2011 eu já não sou o presidente da República, então a decisão é agora.

E por que agora? Porque é exatamente nesse momento da crise que eu quero que a Petrobras contribua para a geração de empregos, por isso que eu quero fazer as refinarias. Se você começar ainda este ano a fazer terraplanagem, até você tirar licença-prévia, arrumar um terreno com os governadores e começar o processo de construção, leva dois anos. Então, precisa começar agora.

Nós não mudaremos. Aliás, eu vou lhe dizer uma coisa: eu pedi para que o presidente do BNDES me trouxesse os 100 maiores projetos de investimentos da iniciativa privada no Brasil. Até agora nenhum desistiu. Vocês estão percebendo o dinheiro que tem no BNDES. Ou seja, o BNDES pode emprestar no ano que vem, se quiser, R\$ 168 bilhões, o que jamais foi imaginado o BNDES investir na vida. Eu acho que nós vivemos um momento em que a única coisa que falta é a gente não permitir que as pessoas percam a confiança.

Quando eu fui para a televisão, no dia 22 de dezembro, fazer publicidade para o povo comprar – não sei se vocês compraram alguma coisa – é porque a economia tem uma lógica. Aliás, eu vi o Obama dizer a mesma coisa em um pronunciamento. Ou seja, se as pessoas ficarem com medo, se você não comprar o sapato que você quer comprar, a meia que você quer comprar, a gravata que você quer comprar, se todo mundo pensar em parar de comprar, aí a economia para. É o momento de cada um perceber a contribuição que dá para o crescimento da economia.

Na hora que tem fatura de produtos, na hora que tem fatura de dinheiro, é fácil. Agora, no momento em que o crédito desaparece, mas as pessoas ainda estão recebendo o seu salário, é importante que as pessoas imaginem o seguinte: bom, se eu parar a minha atividade de comprar alguma



coisa e colocar o dinheiro embaixo do colchão, aí eu vou contribuir para quê? Para a economia ficar atrofiada.

Jornalista: O senhor falou a respeito do crédito do BNDES, da pujança do BNDES em socorrer diversos segmentos produtivos. O governo já agiu no setor automotivo. O senhor acha possível estender esse socorro para outros pólos produtivos, o pólo têxtil, calçadista, aeronáutico? Existe uma crítica desses segmentos de por que o setor automotivo...

Presidente: Deixe-me falar uma coisa: o setor automotivo, por uma razão. A indústria automobilística tem uma participação de 24,5% no PIB industrial brasileiro. Não é apenas a fábrica que produz o carro, é a loja que vende, é o mecânico, é o borracheiro, é o posto de gasolina. Então, quando nós atendemos a indústria automobilística, nós tomamos três decisões importantes: primeiro, garantir que a indústria automobilística continuasse produzindo, e para isso era preciso resolver o problema de crédito para vender o carro, porque os bancos pequenos pararam de financiar carros. Nós tomamos a decisão de comprar a Nossa Caixa, em São Paulo, e tomamos a decisão de comprar metade do Banco Votorantim exatamente para que a gente, através do Banco do Brasil, possa manter a carteira de carros em dia e possa, inclusive, financiar carro usado. Você sabe que a classe média brasileira, sobretudo a classe média média e a classe média baixa, se não vender o carrinho do ano passado, não compra o carrinho do ano que vem. Então, é preciso que tenha financiamento.

O Banco Votorantim era um banco que tinha uma carteira de R\$ 90 bilhões de financiamento de carro usado. Na hora que ele para, parou o mercado de carro usado. Então, nós entramos exatamente para garantir.

Ao mesmo tempo, nós tomamos uma decisão de capital de giro para a pequena e média empresa brasileira. Vocês sabem que nós já disponibilizamos



mais de R\$ 100 bilhões do compulsório para fazer o crédito fluir. E, ao mesmo tempo, nós agora acabamos, com uma medida do Banco Central, de disponibilizar US\$ 36 bilhões para garantir o financiamento de empresas brasileiras que têm dívida em dólar, para garantir os créditos da Petrobras e de outras empresas que têm projetos em dólar, para construir coisas no Brasil.

Nós tivemos um problema que ainda não conseguimos resolver. Como 30% do crédito brasileiro, 30% de todo o crédito no mercado interno era crédito feito em dólar, grandes empresas que tomavam dinheiro em dólar, como a Petrobras, por exemplo, na hora que seca o mercado de dólar, esses 30% vêm para dentro do Brasil. Então, aconteceu o seguinte: você tem mais gente procurando empréstimo. Os bancos, além de ficarem mais seletivos, começaram a cobrar uma taxa de *spread* muito maior.

Eu constituí um grupo de trabalho entre o Tesouro e o Banco Central, o prazo vence amanhã, certamente eles vão pedir mais uns dias para mim, que nós precisamos resolver o problema do *spread* bancário no Brasil. Não é possível que num momento de crise como esse, em vez de as pessoas fazerem fluir mais dinheiro na praça, para o povo poder consumir mais, as pessoas se retranquem, não é possível. Então, isso nós estamos vendo com muito carinho, porque esse eu acho que é o grande problema.

O segundo problema é que eu estou... Vocês nem imaginam o quanto eu rezo para o Obama. Eu estou rezando para o Obama mais do que rezei para mim. Por quê? Porque como a economia americana tem uma incidência na economia do mundo inteiro, e alguns parceiros nossos dependem muito dos Estados Unidos, como a China, por exemplo, nós queremos que a economia americana se recupere logo, para que a economia vá voltando à normalidade. O mundo inteiro pode se recuperar, mas se os americanos não se recuperarem nós teremos problema, afinal de contas o buraco é lá. O chamado “buraco negro”, que todo mundo fica procurando, está exatamente na economia americana. Hoje se fala que o rombo talvez seja de US\$ 4 trilhões. É uma



quantia tão grande que a minha cabeça não consegue imaginar o que significam US\$ 4 trilhões.

Então, eu estou torcendo para o Obama acertar. Estou torcendo para o Obama... Não é nem resolver o problema logo, mas se estancar... E qual é o grande problema nos Estados Unidos? É, primeiro, restabelecer a confiança na sociedade. E, junto com o restabelecimento da confiança, resolver o problema da dívida das pessoas.

Imaginem o que aconteceu nos Estados Unidos: eu comprei uma casa por R\$ 300 mil, o mercado valorizou essa casa para 600. Lá, o hábito de crédito é de que eu poderia tomar emprestado a diferença entre o valor real e o valor de mercado, eu tomei mais US\$ 300 mil emprestado e aí a minha casa não vale nem 600 e nem 300, vale 200. Ou seja, eu estou pendurado numa dívida por conta de um patrimônio que eu tinha e que não tenho mais esse patrimônio. Então, ou resolve esse negócio ou não resolve mais nada.

Então, eu penso que essa é a preocupação do presidente Obama, e eu acho que ele sabe que tem que tomar medidas rápidas para que a gente não veja as coisas piorarem.

Jornalista: Vamos voltar para o setor automotivo. Embora tenha havido essa irrigação do crédito para o consumo, algumas montadoras promoveram demissões, é o caso da GM lá de São José dos Campos, que demitiu e está colocando funcionários em férias coletivas subsequentemente. Existe alguma maneira de condicionar esse apoio à manutenção do emprego?

Presidente: Deixe-me dizer uma coisa.

Jornalista: Para ajudar, se há o espaço do IPI, mantidas essas cotações do mercado (incompreensível).



Presidente: Eu disse ontem, em uma reunião que eu fiz com empresários, que quem mandou gente embora foi precipitado. Eu intuí isso porque no domingo... eu vou contar a história para vocês. No domingo eu fui em um bairro lá em São Bernardo visitar um sobrinho meu, filho da minha irmã. Eu fui visitar a minha irmã, mas ela estava internada, eu vi o meu sobrinho. O meu sobrinho tem um caminhão, ele transporta postes para o Rio de Janeiro, para Porto Alegre, para sei lá... e esse meu sobrinho, depois... o pai dele, antes de morrer, era o dono do caminhão e ele tinha outro. Hoje está com dois caminhões. Ele não conseguia muita carga, tempos difíceis. Ele me disse que no ano passado ele ganhou mais dinheiro do que ele jamais imaginou ganhar na vida, transportando postes, e que este ano a situação não estava muito boa. Mas ele falou assim: “Tio, eu não vou mandar o motorista embora porque eu estou capitalizado. O que eu ganhei no ano passado dá para eu segurar um pouco”.

Os empresários deveriam pensar assim, porque os empresários brasileiros nunca foram tão capitalizados como foram em 2007 e em 2008. Ganharam dinheiro como nunca. Eu conheço empresa que tem 15 bilhões em caixa e mandou gente embora. Ora, então não é justo que no primeiro refrega que a empresa tem... Primeiro, pega o dinheiro daqui para salvar as suas matrizes que quebraram na Europa. Segundo, mandar trabalhadores embora, todas elas poderiam. A folha de pagamentos é o custo menor na produção de um carro ou de uma coisa qualquer. Então, eu disse para os empresários: eu acho que foi exagero de vocês, não é justo que façam isso com os trabalhadores, porque se você começa a ter muito desemprego, você tem menos salários, menos renda, menos poder de compra, mais atrofia a economia outra vez.

Nós, então, tomamos uma decisão: cada empréstimo que a gente fizer, em dinheiro público, nós vamos ter que vincular à manutenção dos postos de trabalho. Não tem sentido eu dar dinheiro para o Franklin Martins para capital de giro, e ele pega e manda os trabalhadores embora para pagar indenização



com o meu dinheiro.

Jornalista: Faltou essa exigência do compulsório?

Presidente: No compulsório, depois que foi feito, nós colocamos isso, tanto é que a GM se comprometeu a pagar o salário até março, das pessoas, porque eram também trabalhadores contratados com contrato temporário. Mas isso tem que ter uma vinculação e eu acho que é uma questão da responsabilidade do governo, dos empresários.

Jornalista: Mas como vai ser formalizado isso? Qual o formato desse condicionamento?

Presidente: Na hora em que você for emprestar o dinheiro, você condiciona para colocar no contrato.

Presidente: Deixem-me dizer para vocês. O que nós estamos fazendo no governo federal? Eu reuni todos os ministros de infraestrutura: o ministro Alfredo Nascimento, o ministro Geddel, o ministro Márcio Fortes e a companheira Dilma e coloquei o seguinte: agora todos os contratos que a gente for fazer com empresas em obras do PAC, nós temos que conversar com os empresários para que eles possam fazer dois turnos ou três turnos. Ou seja, se vai fazer uma estrada, em vez de trabalhar das 7h às 5h ou das 8h às 6h, vamos trabalhar em dois turnos, das 6h às 2h e das 2h às 10h, vamos trabalhar 24 horas por dia. Por quê? Este é o ano em que nós precisamos não permitir que haja muito desemprego. Por isso é que nós vamos, então, exigir que as empresas, junto conosco, assumam o compromisso de colocar... Vai construir casas em um bairro, até 10h você pode fazer um barulhinho, depois das 10h você não pode mais. Então, que se trabalhe até 10h da noite, mas que se



contrate uma turma a mais. Não é para fazer hora extra, não, é para contratar outra turma.

Eu penso que se houver juízo do governo, juízo dos empresários, juízo dos trabalhadores, a gente vai encontrar uma forma de não permitir que outra vez os trabalhadores sejam vítimas, primeiro, de uma crise que eles não têm nenhuma culpa.

Jornalista: Por essa lógica, a gente pode prever que o senhor reprova qualquer tipo de flexibilização de jornada ou de salário, porque está contagiando alguns setores aí.

Presidente: Deixe-me dizer uma coisa. Esse é um assunto velho no movimento sindical, e os sindicatos, individualmente, têm feito acordos. Eu sou de uma categoria... Eu sou da categoria mais organizada do Brasil e, em momentos de crises outras, o sindicato fez acordo, o sindicato fez compensação de horas, o sindicato fez redução. Depende do momento. O que nós achamos é que se os empresários se sentarem com os trabalhadores em torno de uma mesa, nem é tudo o que os empresários querem, nem é tudo o que os trabalhadores querem. Ou seja, é exatamente um denominador comum que possa dar tranquilidade aos dois lados. Eu acho que há um espaço de negociação, eu estou acompanhando pelos jornais, a CUT está negociando, a Força Sindical está negociando. Daqui a pouco eles se compõem e todas as centrais sindicais, então, vão se reunir com os empresários e vão estabelecer um acordo. Eu estou convencido disso. Agora, eu trabalho para que a crise acabe o mais rápido possível, e para que ela não chegue ao Brasil com a força que chegou aos Estados Unidos.

Jornalista: Vamos para o povo do interior. Em Minas Gerais, o pessoal quer saber, por exemplo, como vai ficar a sua relação com o PSDB. Eles viram, aqui



no Senado, o PT se aliando com o PSDB, e lá a gente tem o Aécio Neves, que tem um conceito, assim como o senhor tem nacionalmente, o Aécio tem lá em Minas Gerais. Pergunta-se: o Aécio e o Lula vão se unir? Como é que vai ser essa história aí? Em Minas Gerais, o povo quer saber.

Aproveitando também esse gancho político, em Santa Catarina o PMDB sempre foi um pouco dissidente do restante do PMDB nacional. Como é que o senhor vê o PMDB lá em Santa Catarina, também com o Carlito em Joinville, com o PT, mas também o Fritsch caindo lá em Chapecó? A sua avaliação pontual aí, que o povo quer saber do Presidente.

Presidente: Primeiro, eu estou unido ao Aécio, pelo bem de Minas e pelo bem do Brasil. Nós temos trabalhado juntos, nós somos parceiros, eu não tenho nenhuma pendenga com o companheiro Aécio.

Jornalista: Tanto que houve a união do PT aqui nesse...

Presidente: Nós somos, antes de tudo, de sermos governantes, nós somos companheiros. Obviamente, ele pertence a um partido político, eu pertencço a outro. Certamente, o partido dele vai ter candidato a presidente da República, certamente, o meu partido vai ter candidato a presidente da República. O Aécio vai ter que enfrentar uma prévia dentro do PSDB. Certamente, não sei se a pessoa que vai disputar no meu partido vai ter prévia, mas de qualquer forma vai ter um resultado. O importante é que qualquer que seja o resultado futuro, a gente vai ter uma pessoa civilizada para governar o País, uma pessoa... Eu estou vendo todos que estão em disputa aí, são pessoas que têm passado, são pessoas que têm tradição na luta popular neste país. Eu acho que é melhor do que quando a gente disputava, um cara de esquerda com um cara de direita. Hoje as pessoas são mais ou menos pares, ao compreenderem os problemas do Brasil. Indubitavelmente, vai ter uma disputa entre PT e PSDB nas eleições



presidenciais. Eu não sei se vai ser o Aécio, se ele vai conseguir vencer a parada interna dentro do PSDB, não sei se vai ser o Serra. No caso do PT, eu penso que o PT também vai absorver a companheira Dilma. Eu acho, mas como o PT é imprevisível, vamos esperar que o PT faça a sua prévia.

No caso de Santa Catarina, eu trabalho com a possibilidade de construir uma aliança com o PMDB para 2010. Trabalho, e obviamente que isso passa pela direção do PMDB, pelos governadores do PMDB, e tem, eu sei que tem um problema único em Santa Catarina, que é uma divergência entre o PT e o PMDB, entre os nossos companheiros e os companheiros do Luiz Henrique. Como nós temos dois anos pela frente e o Luiz Henrique não é mais candidato ao governo, eu espero que a gente tenha a competência de construir alguma coisa única entre nós, entre os partidos da base, para disputar com o DEM e com o PSDB. Eu espero. Se não for possível, paciência, nós vamos colher o que plantarmos nas eleições de 2010, mas eu acho que Santa Catarina é um estado importante, o PMDB de Santa Catarina é importante, o PT é importante em Santa Catarina.

Jornalista: O Fritsch deu uma caída, mas o Vignatti, por exemplo, é um deputado jovem que está crescendo na mesma região.

Presidente: O Fritsch deu uma caída, porque de vez em quando a gente tem que medir corretamente o momento de a gente disputar as coisas. Tem momento que é da gente e tem momento que não é da gente. Eu acho que... Eu, por exemplo, era contra o Fritsch ser candidato ao governo. Eu pedi para o Fritsch ficar no governo federal, mas ele quis, fez uma opção, não deu certo. Esse ano foi um ano complicado, porque nunca na história do Brasil houve tanta reeleição de prefeito como houve esse ano. Além dos 40% que foram reeleitos, 50% dos novos foram indicados pelos ex-prefeitos. Então, é uma coisa extraordinária o que aconteceu. Por que aconteceu? Porque todas as



prefeituras estão fazendo obras, todos os prefeitos estão fazendo o que nunca puderam fazer na vida, e eu acho que isso é bom para o prefeito que foi eleito, é bom para o estado, para a cidade e para o Brasil.

Jornalista: Ainda a política, na Bahia. O clã Magalhães, o senhor acha que o Jaques Wagner vai conseguir zerar aquele histórico ali?

Presidente: Eu penso que o feito do Jaques Wagner já passou para a história. Só o Wagner acreditava que ia ganhar no primeiro turno, e ele dizia para nós, 15 dias antes: vamos ganhar no primeiro turno.

Jornalista: Desde 1500 eles estavam lá.

Presidente: A gente não acreditava, e terminou ganhando. Eu acho que o Wagner está bem. A minha tese é que se o Wagner e o Geddel estiverem juntos, nós vamos governar a Bahia por muito tempo. Há um espaço, há uma lacuna deixada pela morte do ACM, que não será preenchida com facilidade. Você não substitui uma referência política do dia para a noite, sobretudo uma referência política que agia da forma que agia o Antônio Carlos Magalhães. Então, acho que tem uma lacuna, essa lacuna vai demorar para ser preenchida, e eu penso que os setores mais progressistas vão continuar governando a Bahia.

Jornalista: Presidente, o senhor falou sobre (incompreensível) da preocupação do senhor em relação à transição, é por isso que tem uma relação boa, diplomática com todos os prováveis candidatos à Presidência. O senhor mostrou também ontem no encontro dos prefeitos, uma certa irritação com as ilações que são feitas em relação à ministra Dilma. Tudo o que é feito, todas as ações da Casa Civil, todos os novos projetos do PAC, são todos



vinculados a uma ação eleitoreira. Como é que o senhor vai encarar esse processo de transição? Porque é a primeira eleição presidencial da qual o senhor não vai participar depois de muito tempo, tendo um candidato da sua preferência, uma candidata de sua preferência, e tendo essa boa relação que o senhor tem com os outros prováveis candidatos.

Presidente: Primeiro, eu vou manter a minha boa relação com todo mundo. Eu prezo muito a relação de amizade. Eu posso romper politicamente com uma pessoa, mas não rompo a minha relação de amizade. Isso eu aprendi muito cedo e é a coisa que eu mais prezo. Agora, a disputa eleitoral... Eu jogava em um time de futebol e meu irmão jogava em outro, e nós nos dávamos botinadas como se fôssemos estranhos. Quando chegávamos dentro de casa, estava tudo resolvido, cada um ia curar as suas feridas. Na política é a mesma coisa: vai ter uma disputa, vamos disputar, quem ganhar leva, governa, e nós temos que trabalhar para que o Brasil tenha, cada vez mais, sorte com os governantes que elege.

Eu, às vezes, pareço irritado, mas podem ter certeza de que eu não fico irritado. Eu fico, às vezes, chateado quando... se você não faz as obras, você é criticado porque não fez. Se você faz, é porque você quer ajudar alguém. Nós estamos aqui para governar. O PAC, eu poderia ter lançado em outubro de 2006. Eu não lancei o PAC em outubro de 2006 por orientação de um companheiro meu, que falou assim para mim: “Presidente, você não vai precisar disso para ganhar as eleições, e se você lançar o PAC agora, você vai desacreditar o PAC. Então, espere.” Eu não lancei o PAC para disputar as eleições. Lancei ele no dia 22 de janeiro de 2007, e o PAC demorou um ano e meio para pegar no breu. Por quê? Porque nós chamamos cada governador, chamamos os prefeitos das regiões metropolitanas, depois chamamos as cidades com mais de 100 mil habitantes, depois disponibilizamos 4 bilhões



para a Funasa fazer as coisas nos municípios menores. Depois descobrimos que muitos projetos não estavam prontos, não tinha projeto executivo.

Então, foi todo um trabalho de maturação. Agora, dois anos depois, é que eu posso dizer a vocês: tem 90% do PAC em andamento. A tendência natural é, daqui para a frente, a gente atingir os 100% e vocês vão ver obras neste país como vocês nunca viram na vida de vocês. O último grande momento de obras públicas no Brasil foi em 1975, no governo Geisel.

Agora, vejam que interessante. Quando você começa a fazer investimentos em saneamento básico, é que nem um jornal, uma rádio: você tem que ter uma carteira de clientes. Você começa pedindo a um, vai atrás de outro, o advogado faz uma carteira. Saneamento básico é assim. Você precisa todos os anos ir fazendo, porque as obras não terminam em um ano. Você tem que ter uma carteira cada vez mais crescendo, até que um dia você não pare mais de fazer obras do PAC. Eu vou agora a Campinas. Campinas atingiu 80% de esgoto tratado. Mais um projeto que tem lá, Campinas pode ser a primeira cidade grande brasileira a ter 100% do esgoto coletado e tratado. Agora, isso demora, isso tem muito investimento.

Quando nós chegamos aqui, teve ano... vocês podem pegar. Em 2002 não teve dinheiro para saneamento básico. E não teve. Então, nós estamos fazendo uma revolução no saneamento básico. Este ano vocês vão ter mais uma novidade: é que na semana que vem, possivelmente nós vamos anunciar um grande programa habitacional até 2010: serão mais 1 milhão de casas. Fora tudo o que a Caixa Econômica está fazendo, nós vamos financiar 1 milhão de casas a mais até 2010.

Jornalista: Quais recursos são da própria Caixa?

Presidente: Quando eu aprovar, eu digo para você.



Jornalista: Presidente, só rapidamente um eixo ali, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, para contemplar. Então, as obras do PAC acabam ecoando e as pessoas querem soluções de infraestrutura ao entorno também. Então, há um pleito de ligação do Norte do estado ao porto de Rio Grande, por conta da duplicação. Então o pessoal “ah, a concessionária está embargando, não sai a licitação, está tudo licitado, sai a obra, não sai a obra”. E para os gaúchos, Presidente?

Presidente: Deixe-me contar. Pega os dados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina aí para ver o quanto dá de dinheiro. Qual é o problema? Esse é um problema de que eu me queixei ontem. Entre você decidir fazer a obra, fazer o projeto, ter licença prévia para começar a fazer a obra, fazer a licitação e a obra acontecer, às vezes leva-se dois anos. Quando a gente anuncia que vai fazer uma obra, um cidadão comum pensa “bom, vai começar amanhã”. E quando está tudo pronto, aparece uma empresa que discordou da licitação, entra na Justiça, e leva mais um ano.

Jornalista: O senhor comentou, inclusive, de criar uma estrada paralela à (incompreensível).

Presidente: É um negócio incrível. Esse é o caso...

Jornalista: O senhor (incompreensível) comentou isso.

Presidente: ...entre Rio Grande e Pelotas. Não é possível, aquele contrato que foi feito com aquele cidadão. Não é possível, nós temos que romper, nós temos que fazer alguma coisa, porque nós precisamos duplicar aquela estrada. Agora, eu não vou colocar dinheiro para fazer uma estrada para um cidadão que está achacando o povo. Se você analisar as concessões que nós temos



feito e comparar o nosso pedágio federal com os pedágios estaduais, você vai perceber que nós estamos cobrando nem 30% do que está sendo cobrado nos estados. As concessões têm dado certo. É só você pegar a última concessão feita no governo do estado de São Paulo, que saiu a R\$ 8, R\$ 8 e não sei quanto o pedágio, e você vai ver que a nossa saiu a R\$ 2,90 o pedágio, cada cem quilômetros. O Rio Grande do Sul vai ser um estado que vai ter um grande porto para produzir plataformas, para produzir sondas. Se Deus quiser, você vai ver o Rio Grande do Sul se transformar num polo da indústria naval muito forte. Santa Catarina, com a duplicação da BR-101...

Jornalista: Eu ia colocar para o senhor esse tema aí, polêmico, de duplicação.

Presidente: Nós passamos quanto tempo para cavar aquele túnel? Eu estou há um ano a dizer para o Ministro dos Transportes: eu só vou lá quando eu atravessar aquele túnel de carro. Aliás, vou atravessá-lo a pé. Nós tivemos problemas. Estava começando, aí teve o problema dos quilombolas que moram lá no (incompreensível). É tudo assim. Agora, ela vai ficar pronta e aí a gente vai ver Santa Catarina ter um *boom* de turismo extraordinário.

Jornalista: Por conta. Porto de Itajaí.

Presidente: Nós disponibilizamos R\$ 350 milhões para o Porto de Itajaí. Aliás, eu penso que o governo federal construiu, com o governo estadual, uma parceria excepcional porque nós disponibilizamos o que tínhamos e o que não tínhamos para a gente tirar Santa Catarina do sofrimento que o povo de Santa Catarina estava.

Então, hoje todos os estados brasileiros, de Roraima a Belém, você vai encontrar obras do governo federal, cumprindo com a sua obrigação. Não é nenhum favor. São obras, porque nós estamos disponibilizando recursos para



isso. E você sabe que o Sul do País, se comparado ao restante do Brasil, é uma região privilegiada. O povo tem mais estudo, o povo...

Jornalista: A senadora Ideli vai estar com o senhor no dia 27, por conta do WTTC. O senhor vai a Florianópolis?

Presidente: Eu acho que vou a Florianópolis agora. Não sei se é no dia 27.

Jornalista: (incompreensível) e recursos federais para o evento mundial, não é?

Presidente: Vamos inaugurar outra linha de transmissão, que teve que passar um cabo por dentro. Você não sabe, meu filho, o sofrimento para a gente poder conseguir passar aquele cabo lá. Eu quase tive que mergulhar e conversar com todos os peixinhos.

Jornalista: Só para o Paraná não brigar comigo. Estrada Boiadeira, acesso ao porto de Paranaguá.

Presidente: Eu não sei que estrada é essa.

Jornalista: Em Juazeiro nós temos uma ponte (incompreensível) que liga o Mato Grosso ao porto de Paranaguá.

Presidente: Se estiver no PAC. Eu não sei... Cadê o Maurício? Eu não sei se está no PAC.

Jornalista: É única. É a questão da safra.



Jornalista: É a 487. E tem uma questão que une também o Rio Grande do Sul ao Paraná está lembrando o senhor, do Paraná, que talvez pudesse ir logo para a gente não perder tempo. A questão da estiagem. O Rio Grande do Sul perdeu as sacas de arroz por conta das chuvas, o Paraná, hoje, com problema com a soja, Santa Catarina, com as chuvas. O senhor anunciou, e eu estava lá em Itajaí, quando o senhor anunciou que tínhamos um projeto para essas catástrofes que tem aí nos (incompreensível). Hoje o Brasil está um pouco mais maduro, apesar de ter se passado somente 40 dias, 60 dias desses eventos. Temos um plano de contingência nesse sentido?

Presidente: Nós vamos construir no Brasil, e isso leva algum tempo, mais um programa anticatástrofes. Nós precisamos estar preparados. Sabemos que acontecem catástrofes, então a gente não pode deixar para discutir cada vez que acontecer uma. Então, nós temos que ter um programa com financiamento garantido, para que quando acontecer a gente vá lá no lugar certo e dê a disponibilizada no dinheiro para isso.

Jornalista: Uma questão de interesse de todo o estado de São Paulo, dos 18 milhões de hectares do estado, 10 milhões são de pasto, 5 milhões são de cana, mas a preocupação maior, a grita que vai na agricultura familiar, que vai nos grandes produtores, é que para a questão da reserva legal dos 20%, que é a discussão, qual seria o critério, isso significaria reduzir, no tempo, 3,4 milhões de hectares de área agricultável no estado de São Paulo, ou de produção. É uma questão da definição de quanto tem que deixar de mata para cada tipo de propriedade, tipo de uso.

Presidente: Isso é mais fácil onde já tem a mata. Tentar reverter isso onde as coisas...



Jornalista: O problema é que hortifrutigranjeiros, esse pessoal, eles usam 90% da área.

Jornalista: Em Santa Catarina é a mesma coisa.

Jornalista: Situação complicada.

Jornalista: Que critério que é...

Presidente: Não é uma discussão fácil.

Jornalista: Vão plantar de novo?

Presidente: Nós, agora, estamos muito preocupados em recuperar as terras degradadas. Tem quase 60 milhões de hectares de terras degradadas no País e nós queremos, então, plantar cana nessa terra, se for possível, plantar dendê onde for possível, para que a gente possa recuperar. Na verdade, o Brasil é um país privilegiado. Nós, hoje, não precisaríamos derrubar uma única árvore para plantar nada. É só a gente utilizar melhor o que já tem.

Jornalista: Presidente, na questão ambiental, os recentes cortes no orçamento acabaram atingindo um pouco o MCT, o Inpe, que é um instituto que faz monitoramentos, e o diretor Gilberto Câmara está pleiteando a inclusão do projeto estratégico da Amazônia (incompreensível) num PAC, num PAC da Ciência, e tal. O senhor acha possível ajustar o orçamento?

Presidente: Eu acho. Se ele convencer o Sergio Rezende, é possível. O corte no orçamento, também... Vamos ter em conta o seguinte: a gente faz corte no orçamento todo começo de ano. Se a arrecadação não se recuperar, vai ser



contingenciado mesmo, mas a gente está sempre na perspectiva de que a gente possa recuperar e poder cumprir o orçamento como um todo. Se o companheiro do Inpe acha que é importante, é só propor uma discussão com o Sergio Rezende, que haverá sensibilidade para ver qual é o programa que é prioritário e qual aquele que pode esperar um pouco mais. E essa questão ambiental, agora, vai ganhar uma dimensão muito grande, porque se os Estados Unidos mudarem de posição e virarem mais ambientalistas, nós teremos muito mais trabalho e muito mais parcerias para construir.

_____ : Santa Catarina é esse que eles tinham pedido.

Presidente: Deixe-me ver aqui só um dado de Santa Catarina.

_____ : Florianópolis.

Presidente: Onde eu peguei isso aqui?

_____ : Reunião com membros do Conselho Mundial.

Presidente: Santa Catarina, linhas de transmissão.

Jornalista: Isso, e o WTTC em maio, que vai ser o maior evento mundial de turismo, em Florianópolis, não é?

Presidente: É isso. Estarei lá.

Jornalista: Presidente, nós estamos lhe entregando aqui essa...



Jornalista: A foto da capa, Presidente, o senhor permite? É o que gostaríamos, estar no seu café da manhã. Essa primeira foto o ministro Franklin conhece. Está dizendo o que é a Associação dos Diários de Interior, a abrangência, o número de exemplares, as cidades. São 73 jornais diários associados. Aqui são todos os municípios que nós atingimos com os jornais diários. Estou pensando em lhe propor, Presidente, a criação do Índice Mídia Regional para testes, para avaliação do desenvolvimento do País. Na capa desses nossos jornais, o senhor ontem, se o senhor me permite, um pouco chateado, dando conta de notícias dizendo do pacote do Presidente. Eu quero só lhe dar um dado. Não tem nos jornais “de vez em quandário” – o ministro Franklin conhece a expressão. Nossos jornais têm 20, 30, 60, temos jornais de 110 anos, que não estão esperando benesses do governo. Estão, sim, refletindo o comércio local e têm o anúncio do caminhoneiro, tem o anúncio da farmácia, tem o anúncio do supermercado. E temos a satisfação de ter anúncios do governo federal.

Presidente: Deixe-me contar por que eu fiquei chateado ontem. Porque eu, de vez em quando... E gosto de falar de tudo, não gosto de ficar resmungando escondido não. Mas saiu uma matéria no jornal O Globo desrespeitosa com o encontro. Primeiro, dizendo eu ia lançar um “pacote de bondades”. Aí, depois, a matéria saiu num dia e já saiu uma carta junto de um leitor.

Jornalista: No mesmo dia...

Presidente: É, foi em tempo real. O cara dizendo: “Como é que o Presidente vai dar dinheiro para prefeito ladrão?”. Ora, primeiro, a boa lógica não recomenda que você chame alguém de ladrão, se você não tem prova. Segundo, você tem cinco mil prefeitos neste país que acabaram de ser eleitos. Quer dizer, como é que você pode dizer uma sandice dessa e achar que...



Porque na verdade, na verdade, o que o cara que escreveu a matéria fez foi pegar uma carta para justificar o que ele queria dizer, que não tinha coragem de dizer. É que nem aquele jornalista americano que escreveu que eu bebia. Por que eu fiquei nervoso naquele período? Primeiro, porque esse cara nunca tomou um copo d'água comigo. Segundo, ele nunca me viu em lugar nenhum. Como é que ele pode dizer? Mas quando eu tenho que desabafar, eu desabafo com a maior facilidade.

Jornalista: Esta é a vantagem da mídia regional, estamos perto dos prefeitos, perto das comunidades e perto do Presidente.

Presidente: Mas vocês vão ver comigo, vocês vão ver na relação que eu jamais pedirei a um companheiro da imprensa para fazer uma matéria favorável a quem quer que seja. Jamais. A única que eu quero é justiça. Eu fiz bobagem? Diga bobagem. Eu fiz a coisa certa, diga a coisa certa. O que você não pode é desmontar isso.

E o Franklin sabe, e vocês estão sentindo que a nossa relação com a imprensa regional, com a mídia regional nunca existiu porque nós queremos valorizar. Nós não queremos ficar dependentes, nós queremos é que o Brasil inteiro, seja um jornal de mil exemplares, seja um de 50 mil, nós queremos o seguinte: é valorizar a imprensa regional, que sempre ficou muito dependente do favor da chamada "grande mídia". Então, nós queremos é...

Jornalista: Se o senhor me permite eu gostaria de...

Jornalista: (incompreensível) concorrendo com os dirigentes das entidades...

Jornalista: Essa é a agenda de hoje. Eu só gostaria da sua assinatura, porque a mídia regional, pela primeira vez na história deste país faz parte da agenda



do Presidente da República. Então, isso vai para o nosso Diário, vai ficar na sede da instituição. Se o senhor puder dar só...

Jornalista: A transposição do Rio São Francisco, essa bandeira ainda é lá para a Bahia?

Presidente: É. Quando eu for lá, vou te chamar para você ir visitar.

Jornalista: O povo está indignado: vai sair ou não vai sair?

Presidente: Vai sair.

Jornalista: Tem uns estados que estão brigando.

Presidente: Não, não. Não tem nada de briga, nem o bispo está brigando mais. Eu vou fazer uma visita lá, de três dias, vou lhe convidar para ir junto.

(\$31DGJLP)